

Parte 3 - Educação física e esporte: compassos e descompassos da relação formação x intervenção

Formação em educação física e a intervenção no esporte de alto rendimento

Alberto Barretto Kruschewsky
Fernando Diefenthaler
Luiz Guilherme Antonacci Guglielmo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KRUSCHEWSKY, A.B., DIEFENTHAELER, F., and GUGLIELMO, A.G.A. Formação em educação física e a intervenção no esporte de alto rendimento. In: FARIAS, G. O., and NASCIMENTO, J., orgs. *Educação, saúde e esporte: novos desafios à Educação Física* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2016, pp. 266-289. ISBN: 978-85-7455-490-7. Available from: doi: [10.7476/9788574554907.0010](https://doi.org/10.7476/9788574554907.0010). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/23pcw/epub/farias-9788574554907.epub>.



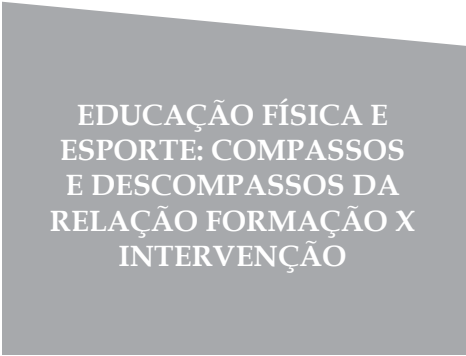
All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Parte 3



EDUCAÇÃO FÍSICA E
ESPORTE: COMPASSOS
E DESCOMPASSOS DA
RELAÇÃO FORMAÇÃO X
INTERVENÇÃO

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A INTERVENÇÃO NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

Prof. Me. Alberto Barretto Kruschewsky

Prof. Dr. Fernando Diefenthaler

Prof. Dr. Luiz Guilherme Antonacci Guglielmo

INTRODUÇÃO

Muito tem sido debatido acerca do caminho que o profissional da área de Educação Física percorre, desde seu ingresso na universidade até posterior formação e intervenção ou atuação no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2000; PRONI, 2010; NUNES et al., 2012). Dentre os temas abordados o perfil ou identidade desse profissional e as competências necessárias para que esteja apto a atuar, de forma a atender as demandas apresentadas, independente da opção escolhida (FARIAS et al., 2012). A discussão se acentua quando o espaço de atuação é no esporte de alto rendimento.

O acesso ao esporte é garantido pela Constituição Federal, artigo 217, seção III, Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 1988), ou seja, é dever do Estado propiciar as condições de acesso. Tal responsabilidade exige iniciativas e investimentos em políticas públicas que fomentem a prática esportiva em todas as suas formas de manifestação. Dentre outras definições, o esporte de rendimento pode ser conceituado como aquele que objetiva obtenção do melhor desempenho, representado por bons resultados coletivos e individuais (DE ROSE et al., 1999).

No Brasil, as formas de abordagem do esporte foram bem definidas em lei, inicialmente pela Lei Zico, Lei 8672/93, posteriormente revogada com regulamentação da Lei Pelé (BRASIL, 1998). A Lei Pelé manteve a separação no entendimento sobre os tipos de esporte. Segundo o artigo 3, inciso III desta lei, o desporto de rendimento é aquele “[...] praticado segundo normas gerais desta lei e regras de prática esportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com outras nações” (BRASIL, 1998). As outras formas de manifestação são o desporto “educacional”, que deve evitar a “hipercompetitividade” entre os praticantes, termo da própria lei, e promover a “participação”, cujo objetivo é a integração social (BRASIL, 1998). O esporte de rendimento pode ser praticado de modo profissional e não profissional (BRASIL, 1998), a depender da existência, ou não, de contrato financeiro.

A abordagem do esporte, qualquer que seja o objetivo, deve incluir a figura do professor de Educação Física, profissional diretamente envolvido em sua prática. Entretanto, o interesse pela participação na área depende do direcionamento da formação do profissional. A partir das Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2004; 2002), a formação se fracionou em dois possíveis caminhos: a licenciatura, que prevê garantia de intervenção na escola, e o bacharelado, com intervenção em outras áreas (academias, clínicas esportivas, clubes de esporte e lazer, etc.).

Abordar esporte de alto rendimento e formação, no atual contexto, não é possível sem a consideração da influência dos megaeventos que aconteceram e acontecerão no Brasil entre 2014 e 2016. A escolha das

sedes foi acompanhada por todos os brasileiros com grande interesse. Sediar o maior evento futebolístico, a Copa do Mundo, e as Olimpíadas e Paraolimpíadas, eventos que congregam diversas modalidades esportivas, mexeu com a autoestima do nosso povo. Muito tem sido discutido sobre o assunto, pois imaginar-se professor de Educação Física num país que se preparava para sediar Copa do Mundo de Futebol e Olimpíada, no espaço de dois anos, significava sonhar com uma condição, no mínimo, promissora.

Partindo desses pressupostos, este capítulo se propõe discutir a formação do profissional em Educação Física voltada para o esporte de alto rendimento, apresentando a situação atual desta formação, ao mesmo tempo em que analisa a influência dos megaeventos Copa e Olimpíada nestas questões. Por fim, apresentamos perspectivas e desafios para o profissional de Educação Física que atua como treinador desportivo no contexto ora apresentado.

A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A INTERVENÇÃO NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO: ONDE ESTAMOS?

A partir das décadas de 1970 e 1980 houve um movimento de interessados nos cursos de Educação Física com o objetivo de atuar no esporte, ou seja, fora da escola. Foram criadas opções distintas para os interessados em se tornar técnicos desportivos ou mesmo preparadores físicos. Houve a criação dos cursos de bacharelado, além de posterior especialização para aqueles que se tornassem professores de Educação Física. A escola

deixava de ser o espaço exclusivo de atuação do então professor e passava a ser fortalecida a denominação 'profissional de Educação Física' (PRONI, 2010). Acirravam-se, também, as discussões quanto aos aspectos que regem a formação em Educação Física, com intensa polarização da dicotomia bacharelado/licenciatura.

A discussão bacharelado/licenciatura se justifica, uma vez que as instituições de ensino superior tentam 'ajustar' a formação profissional às exigências de um dinâmico e diversificado mercado de trabalho. O fator propulsor do debate são as diretrizes legais, que claramente não conseguem construir ambiente que proporcione aprendizagem adequada ao sucesso profissional. Embora uma formação única ampliada possa inicialmente parecer mais atrativa, este modelo não é consensual na prática. Os diferentes espaços e oportunidades de trabalho fazem com que algumas instituições optem por um ou outro modelo de formação, embora esta não seja a regra geral.

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem, inicialmente, princípios e fundamentos para o licenciado em Educação Física (BRASIL, 2002), os quais regem a formação em curso de licenciatura, de graduação plena, aplicando-se às etapas da educação básica. Por outro lado, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em nível superior (BRASIL, 2004) estabelecem a formação do graduado, profissional (antigo bacharel) que atuará no campo não escolar (clubes, academias, etc.) em práticas de atividades físicas. O bacharel, teoricamente, seria o profissional com formação que estaria apto a atuar no esporte de alto rendimento.

Não vamos estabelecer aqui mais um campo para o debate licenciatura/bacharelado, pois não é este o objetivo. Mendes e Prudente (2011), por exemplo, consideram que as instituições de ensino superior (IES) que oferecem a formação em Educação Física optaram por uma estrutura curricular ampla, sem a definição clara entre licenciatura ou bacharelado (graduação), ou seja, sem mudanças importantes nos currículos. Além disso, embora o indivíduo que cursou bacharelado esteja, pela legislação, apto a atuar no contexto não escolar, poucas IES optaram exclusivamente por este curso. Tal fato se deve a potenciais restrições na intervenção profissional futura, quando comparadas às do licenciado generalista, uma vez que, por lei, apenas o graduado (bacharel) teria o impedimento de atuar na escola. Além disso, a Lei nº 9696 (BRASIL, 1998), em seu artigo 2º, inciso I, exige, para atuação do profissional de Educação Física, no mercado de trabalho, apenas a inscrição nos Conselhos Regionais de Educação Física (CREF) e a posse do diploma obtido em curso superior.

Quando se trata de esporte de rendimento, a intervenção profissional deve se orientar por métodos que visem otimizar ou aperfeiçoar as habilidades a serem implementadas durante a prática das diferentes modalidades esportivas. Para se referir ao conjunto de metodologias a serem utilizadas pelo profissional para o aperfeiçoamento de tais habilidades, o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) (2002) adotou a nomenclatura “treinamento desportivo” (BRASIL, 2002), no qual a intervenção do profissional visa, segundo o CONFEF (2002, p. 6),

[...] identificar, diagnosticar, planejar, organizar, dirigir, supervisionar, executar, programar, ministrar, prescrever, desenvolver, coordenar, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de aprendizagem, aperfeiçoamento, orientação e treinamento técnico e tático, de modalidades desportivas, na área formal e não formal.

O esporte de rendimento é praticado em diversas esferas. Meira et al. (2012) definem que devem ser considerados os âmbitos municipal e estadual, nos quais a organização, a implementação e o controle ocorrem orientados por clubes ou entidades esportivas, ligas, associações e federações. Os mesmos autores consideram que, nos âmbitos nacional e internacional, a organização e promoção do esporte de rendimento acontecem por meio de iniciativas de treinamento de seleções nacionais, geralmente propostas, respectivamente, por comitês olímpicos nacionais, confederações e por comitês olímpicos e federações internacionais. Obviamente que, em qualquer caso, o profissional responsável pela intervenção deveria ser originário da Educação Física, mas surgem questionamentos e dúvidas quanto à adequação deste profissional à atual demanda.

Neste sentido, questiona-se: será que, após sua formação inicial, o profissional de Educação Física está preparado para atuar com o esporte de rendimento? Para Farias et al. (2012) percebe-se, na literatura, grande complexidade quanto à formação profissional, não havendo como determinar que tipo de conhecimento e destrezas são necessários para o sucesso profissional,

pois isto depende da demanda de cada atividade. A vivência prática, no período da formação inicial, influenciará quanto o profissional se aproximará do esporte de rendimento, atuando como treinador. Segundo alguns autores, os candidatos a professores aprendem, por observação, em suas vivências, incluídas aquelas com alunos de Educação Física ou praticantes em clubes desportivos (LAWSON, 1990). Alguns treinadores têm relatado o acúmulo de experiências desde quando eram atletas até a atual posição que ocupam (WRIGHT et al., 2007).

Onde estaria, porém, o profissional de Educação Física, no atual contexto? Inicialmente, é importante contextualizar as ocupações ou nichos de atuação. Uma pesquisa nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2007) dividiu o mercado em dois segmentos: um constituído pelos empregos oferecidos no sistema de ensino, público ou privado, e outro estruturado pelas vagas de mercado, distribuídas em clubes esportivos, prefeituras, academias, clubes sociais etc. Na citada pesquisa, 45% dos profissionais aparecem atuando na escola; os técnicos esportivos representam 52%, ou 126 mil indivíduos, os árbitros somam 3%, essenciais no esporte institucionalizado. Os dados são de 2007, ano em que houve um incremento na possibilidade de o Brasil sediar as Olimpíadas, e, com certeza, sob a influência dos Jogos Panamericanos realizados no Rio de Janeiro.

Embora haja equilíbrio na divisão por segmento, nota-se uma tendência em direção à área esportiva, talvez decorrente da movimentação em investimentos, mídia e tudo o que cerca a preparação para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Cabe-nos então analisar

até que ponto estes megaeventos, no caso os que ocorreram em 2014 e ocorrerão 2016, podem influenciar a formação dos profissionais em Educação Física.

A DÉCADA DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A FORMAÇÃO DE TREINADORES

O Brasil tem recebido e continuará sediando, em breve, os maiores eventos ou megaeventos esportivos do mundo. Em nosso país, a iniciativa esportiva parte do Ministério dos Esportes (ME), que rege a promoção do esporte de rendimento juntamente com as confederações brasileiras de cada modalidade. Em se tratando de Olimpíadas, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) promove o esporte e, para tanto, conta, em sua estrutura, com algumas secretarias (Secretaria Nacional Executiva, de Esporte Educacional, de Esporte e Lazer, de Esporte de Alto Rendimento e Assessoria Especial de Futebol). Entretanto, também o profissional de Educação Física ou treinador desportivo é o pilar de execução de qualquer política pública voltada para o esporte de rendimento. Ele atua não apenas na prescrição do treinamento, mas igualmente nos diagnósticos das necessidades, a partir de dados levantados e do controle de resultados, seja na área formal ou não formal.

Não há como negar que a tomada de decisões dos órgãos que comandam nosso esporte é influenciada pela realização de eventos de grande porte. O ME tem desenvolvido projetos para as diversas áreas esportivas, em especial para a do 'alto rendimento', como o Plano Brasil Medalhas; o Programa Bolsa Atleta que, em 2011, já tinha 609 atletas contemplados; o Calendário Esportivo Nacional, gerenciando datas de competições em

um único documento; os Jogos Escolares Brasileiros ou Olimpíada Escolar; a Rede Cenesp; as Olimpíadas Rio 2016, evento clímax de todo o planejamento.

O Projeto “Segundo Tempo” é classificado pelo Ministério do Esporte como esporte-educação e inclusão social (BRASIL, 2013). Sua meta inicial é beneficiar três milhões de jovens ao ano, em todo o Brasil, um milhão apenas no Rio de Janeiro. Objetiva também criar ambiente mais estimulante à prática esportiva e mercado de trabalho para os profissionais formados. Existem ainda programas de outros Ministérios, como o “Mais Educação”, já colocado em prática pelo Ministério da Educação, com o objetivo de otimizar a infraestrutura esportiva na rede pública de ensino, aumentando as opções de prática esportiva para os estudantes.

Devido à grande expectativa criada, os citados programas do Ministério do Esporte (BRASIL 2013) vêm sendo alvo de investimentos e mudanças para que possam alcançar a excelência a que se propõem. Isso aquece o mercado para o profissional de Educação Física. No projeto “Segundo Tempo”, por exemplo, existem as funções de coordenador geral pedagógico, coordenador setorial e coordenador de núcleo, que devem ser preenchidas por profissionais de nível superior em Educação Física, variando seus salários entre 900 e 2.400 reais, com carga horária de 20 e 40 semanais. O mesmo projeto inclui a função de monitor de atividade esportiva para estudantes que estiverem cursando Educação Física, preferencialmente, já na segunda metade do curso (BRASIL, 2013).

Foi criada, também, como iniciativa voltada ao alto rendimento do Ministério do Esporte, a Rede Cenesp (BRASIL, 2013, p. 1) que

[...] é composta por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas. Formada pelas estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas Instituições de Ensino Superior, os Centros de Excelência Esportiva têm como objetivo detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas

A Rede Cenesp inclui centros e núcleos de excelência esportiva para talentos esportivos em modalidades olímpicas e paraolímpicas. Dentre os recursos humanos a serem absorvidos pelos centros, estão três doutores e dois mestres com atuação na área do treinamento desportivo. Os núcleos de excelência exigem um doutor e dois mestres, na mesma área (BRASIL, 2013).

Recentemente, agora em 2015, foi lançado o último edital do Bolsa-Atleta Pódio antes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Brasil 2016. Neste Edital, estar entre os 20 primeiros do mundo em rankings internacionais aparece como o primeiro dos critérios para receber o apoio. Os megaeventos estão, portanto, cumprindo seu papel, embora não tenham sido devidamente planejados. Conforme debatido por Mascarenhas (2012), o caminho para construir a candidatura brasileira à sede dos Jogos Olímpicos não se pautou nas Conferências Nacionais do Esporte realizadas em 2004 e 2006, nem mesmo na Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2005). A vivência dos Jogos Panamericanos do Rio (2007) e a

febre esportiva experimentada no período que se seguiu deflagraram a tomada do caminho em direção à candidatura olímpica.

A proximidade dos eventos acirrou o debate sobre a participação dos profissionais de Educação Física no processo de estruturação dos megaeventos. O viés desta participação acontece dentro e fora da escola. Ocorre dentro dela porque o modelo teórico esperado para um bom rendimento esportivo, nos Jogos Olímpicos, é antigo, o da ‘pirâmide esportiva’, com o desporto escolar como instrumento, modelo que Bracht e Almeida (2003) consideram subordinar “[...] mais uma vez, o desporto escolar, àquilo que é de interesse do esporte de rendimento [...]” (p. 94).

A preocupação com o rendimento nos ‘Jogos’ se acentuou com a percepção de um rendimento inexpressivo em edições anteriores. Obviamente, deve-se considerar a subjetividade desta análise, nem sempre baseada em critérios coerentes. Entretanto, alguns trabalhos se propõem a mensurar o rendimento nesses eventos. Silva Filho *et al.* (2012) propuseram uma “curva de desempenho” do Brasil, nos Jogos Olímpicos de Verão da Era Moderna, no período de 1920 a 2008. Segundo os autores, a curva seria obtida por meio do cálculo do índice relativo de desempenho (IRD). O avanço é a quantificação por um índice que leve em conta algo além da simples contagem das medalhas.

A expectativa pelo desempenho brasileiro, em 2016, coloca em evidência o profissional de Educação Física que atua como treinador esportivo, o que é um desafio, tamanha a complexidade dos aspectos envolvidos na formação de atletas. Como dizer, por exemplo, se

os resultados de determinado jovem, lá na base, ou no período escolar, o credenciam a um caminho de sucesso no esporte? Cafruni *et al.* (2006) propõem um modelo para caracterização dos resultados, nas etapas de formação, pautado nos esportes ginástica olímpica e artística, natação, tênis, voleibol e futsal. No entanto, de acordo com os autores, os mesmos critérios podem ser adotados para outras modalidades. Pelo modelo, um atleta da categoria infantil, sexto colocado no campeonato brasileiro, é promessa, enquanto para atingir o mesmo nível, no voleibol, o jovem deve frequentar equipes que atingiram o terceiro lugar em campeonatos estaduais e ter convocações para seleções estaduais e nacionais. Este ainda não é o modelo definitivo, mas é um começo.

A percepção da complexidade das exigências na formação do treinador para o esporte de alto rendimento indica maior cuidado na formação de profissionais aptos para atuar nas diversas áreas, que incluem desde a prescrição de treinamento para atletas em escolas e clubes até atividades burocráticas, organizacionais ou de promoção de eventos esportivos. O caminho do treinador, segundo Young *et al.* (2009), depende de anos de prática, horas de interação com atletas, trabalho com outros treinadores e cursos de pós-graduação.

Devido à preocupação com a formação profissional, o governo federal trabalha na capacitação de recursos humanos. Segundo Meira *et al.* (2012), entre 2009 e 2010, o COB, em conjunto com o Comitê Olímpico Internacional (COI), vem promovendo cursos para a área, como, por exemplo, o “Curso Avançado de Gestão Esportiva” para profissionais das confederações brasileiras de esportes olímpicos e a capacitação em gestão de recursos humanos, financeiros e para organização

de grandes eventos. Os concluintes receberam certificado de “Gestor Avançado de Esporte do COI”. O COB também promoveu o curso “Fundamentos da Administração Esportiva”, voltado para integrantes do próprio COB e do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Os mesmos autores afirmam que foi realizado convênio do COB com o exército brasileiro para promoção de cursos e seminários de especialização em diversas áreas, incluindo o treinamento esportivo.

Trata-se de um importante legado. Não haveria outra maneira de os profissionais da Educação Física terem acelerada exposição ao conhecimento não fossem os megaeventos. A programação esportiva intensa trouxe oportunidades de ampliação de sua formação inicial. Entretanto, a complexidade que se apresenta exige conhecimento de conteúdos cuja sistematização é diferente daquela necessária para atuar na escola. Por isso, aqueles que foram atletas levam vantagem. Passar do nível escolar ao regional, nacional e internacional exige vivências anteriores, ou seja, o fato de terem sido atletas de alto nível facilita a progressão.

Não há, portanto, como negar a turbulência positiva causada pelos megaeventos. Ela foi de tamanha intensidade que Mascarenhas (2012) a tratou como “alerta de tsunami”! Recentemente, foram criados programas para capacitação de voluntários que irão atuar diretamente na organização dos eventos e das competições. Embora sejam aceitos quaisquer tipos de voluntários, com qualquer formação, muitos são estudantes de Educação Física e até professores já graduados que participam de tais eventos para estarem próximos dos acontecimentos.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE TREINADORES ESPORTIVOS

O alvoroço gerado pelos grandes eventos se justifica por diferentes aspectos. A previsão de Santos e Souza (2012) aponta para a geração de cerca de 3,63 milhões de novos empregos por ano, no ciclo econômico que compreende a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. Contudo, se a perspectiva econômica é interessante, existem desafios muito claros, principalmente no que diz respeito à formação e à atuação dos treinadores esportivos. Segundo Cushion *et al.* (2006), apesar do reconhecimento do treinador e de existirem pesquisas sobre sua atuação, não se percebe uma base conceitual clara, o que não facilita a visão concreta dos princípios e conceitos que devem estar presentes na prática dessa atividade.

A agitação e a preocupação se justificam, pois o foco internacional esportivo está voltado a terras brasileiras e não existe a certeza de que os treinadores esportivos estejam preparados. Existe uma lacuna com relação a pesquisas que possam se aprofundar sobre o assunto (JONES *et al.*, 2002). Faz-se necessária, portanto, a criação de situações que possam colaborar para uma formação mais consistente, a exemplo de vivências no treinamento desportivo, não apenas na escola, mas também em clubes, competições locais e grandes eventos. Longe de focar em apenas uma dimensão, é preciso possibilitar um aprendizado ampliado (WRIGHT *et al.*, 2007), que deve transcender o conhecimento curricular. Obviamente, o momento é importante para os que pretendem se tornar treinadores esportivos, mas este profissional precisa estar atendo às possibilidades e a seu verdadeiro papel neste processo.

Dentro das possibilidades, independente da formação, o profissional deve estar atualizado quanto às inovações tecnológicas que vêm impulsionando o setor esportivo, seja na água (GAYDA et al., 2010) ou nas quadras (DA SILVA et al., 2011), ou mesmo na simples utilização de novos equipamentos, os quais, de forma abrangente, se constituem em importantes ferramentas de monitoramento do rendimento (SCHONFELDER et al., 2011).

Estar familiarizado com os avanços é parte imprescindível do processo. Nesta perspectiva, o profissional necessita estar pronto para atender a demanda, quando convocado. Tanto na revelação de talentos, e isso inclui o espaço escolar e os clubes esportivos, como na especialização atlética, a qualidade deve estar presente. Para tanto, é preciso vivenciar tudo o que as IES oferecem, além do conhecimento explícito em horas-aula (pesquisa em laboratório, projetos de extensão), e participar do maior número possível de atividades extracurriculares que incluam aspectos relativos à administração e organização esportiva, ao treinamento desportivo etc.

As IES, responsáveis diretas pela formação inicial e pela determinação do perfil do profissional de Educação Física, têm função importante no estabelecimento de condições que o deixem pronto para aproveitar as possibilidades que aparecerem. Em sua autonomia, as IES precisam estar atentas ao contexto e às possibilidades apresentadas. Segundo Nunes et al. (2012, p. 289),

é necessário, nesse momento, recontextualizar a formação do profissional de Educação Física, construindo e elaborando modos não

escolares para planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de exercícios físicos/atividades físicas, esportivas e de lazer, para intervir na sociedade.

É necessário, portanto, que as IES propiciem condições de acesso amplo ao conhecimento, e que, mesmo com a fragmentação do curso, não deixem de oferecer os conhecimentos que o atual contexto exige. Nunes et al. (2012) ressaltam que devem ser criados instrumentos que estimulem o desenvolvimento profissional continuado ou a formação continuada, preparando o profissional para mudanças e inovações. Os profissionais devem ser estimulados ao empreendedorismo, com investimento na formação continuada, ou seja, cabe aos programas de pós-graduação em Educação Física a missão de polir ou ajustar a formação inicial (NUNES et al., 2012), embora os resultados não aconteçam a curto prazo. Entretanto, existem autores que consideram, já há algum tempo, a necessidade de remodelação geral.

[...] é inevitável o entendimento de que a Educação Física se transforme em uma profissão liberal, pois a mesma já está atuando, em muitos casos, como tal. A escola é apenas uma dentre muitas das opções que tem, hoje, o profissional de Educação Física, para atuar (OLIVEIRA, 2000. p. 49).

Qual o verdadeiro papel do profissional de Educação Física nos próximos anos? Inicialmente, em um

ambiente de promoção e produção de conhecimento, não se pode prescindir do papel de pesquisador da área da Educação Física. Neste setor, sua atuação deve se realizar de forma a estimular e produzir reflexões, proporcionando aos agentes envolvidos o ambiente necessário à leitura crítica, por exemplo, de tudo o que pode acontecer no Brasil na esfera esportiva. Nesta leitura crítica, corroborando Mascarenhas (2012, p. 62), este profissional deve

[...] problematizar não só o seu impacto ou relações com a escola, mas também com as práticas corporais e a saúde, o meio ambiente, a comunicação e a mídia, o corpo e a cultura, a formação profissional, os movimentos sociais, as políticas públicas, a inclusão e a diferença, o próprio desempenho e treinamento etc.

O profissional de nível superior, que atua nas IES, precisa também estar próximo das iniciativas do Ministério do Esporte, participando e acompanhando ativamente investimentos e programas no setor esportivo. Os professores das IES também devem trabalhar para que estas construam o ambiente necessário à formação ampliada. Entretanto, como o quadro não permite modificação a curto prazo, principalmente no esporte de alto rendimento, é importante reiterar a necessidade da formação continuada de qualidade. Esta possibilidade deve estar acessível àqueles que se identificam com a função de treinador. Segundo alguns autores (WRIGHT et al., 2007; YOUNG et al., 2009), o caminho de sucesso nesta direção implica a vivência de múltiplas experiências no esporte, coroada por um curso de pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do profissional de Educação Física não apresenta, até o momento, características que nos permitam estar tranquilos quanto ao desenvolvimento satisfatório do esporte de rendimento no Brasil. Com a expectativa dos megaeventos, algumas mudanças que só ocorreriam em muitos anos começam a ser antecipadas, mas nenhuma delas se propõe a resolver o problema em curto ou médio prazo. Contudo, o governo brasileiro se mobiliza e alguns avanços vêm sendo constatados.

Algumas das iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais já existiam antes de o Brasil se tornar sede da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada, em 2016. Assim, programas já existentes foram 'revigorados' e outros foram criados como parte do esforço para atender a expectativa esportiva que se forma no país sede. O mercado para o profissional de Educação Física se ampliou e, mesmo sem mudanças efetivas na formação profissional, este vem sendo influenciado visando ao treinador desportivo, que atua no esporte de alto rendimento.

Embora a demanda seja clara e intensa, não se pode esperar grandes modificações. É preciso que as instituições que constroem os campos para atuação dos profissionais de Educação Física e mesmo aquelas que contribuem diretamente para sua formação estejam atentas e engajadas no esforço de fazer da Copa do Mundo de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 eventos que entrem para a história, não apenas devido a seu sucesso, mas como alavanca de crescimento do país e de um ambiente propício ao desenvolvimento

dos profissionais da área, legado que realmente importa. Nesse contexto, destaca-se a importância da formação continuada dos profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3, p. 87-101, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei.º 9615, de 24 de março de 1998. a. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 1998.

_____. Lei n.º 9696, de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP 1, de 18/02/2002 e Resolução CNE/CP 2 de 19/02/2002. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores de Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, DF: MEC, 2002.

_____. CNE/CES, n. 7, de 31 de março de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física em nível superior de graduação plena.** Brasília, DF: MEC, 2004.

_____. Política Nacional do Esporte. Ministério do Esporte. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: ME, p 1-24, 2005.

_____. Diretrizes do Programa Segundo Tempo. **Site do Ministério do Esporte.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CAFRUNI, C.; MARQUES, A.; GAYA, A. Análise da carreira desportiva de atletas das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Estudo dos resultados desportivos nas etapas de formação. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 6, n.1, p. 55-64, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). Resolução Confef n.º 046, de 19 de março de 2002, que dispõe sobre a intervenção do profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Brasil, 2012.

CUSHION, C.J.; ARMOUR, K. M.; JONES, R. L. Locating the coaching process in practice: models 'for' and 'of' coaching. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 11, n. 1, p.83-99, 2006.

DA SILVA, J. A.; GUGLIELMO, L. G. A.; CARMINATTI, L. J.; OLIVEIRA, F. R.; DITTRISCH, N.; PATON, C.D. Validity And reliability of a new field test (Carminatti's test) for soccer players compared with laboratory-based measures. **Journal of Sports Sciences**, v. 29, n. 15, p.1621-1628, 2011.

DE ROSE, D. J.; DESCHAMPS, S.; KORSAKAS, P. Situações causadoras de “stress” no basquetebol de alto rendimento: fatores competitivos. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 13, n. 2, p. 217-29, 1999.

FARIAS, G. O.; NASCIMENTO, J. V.; GRAÇA, A.; BATTISTA, P. M. Competências profissionais em Educação Física: uma abordagem ao longo da carreira docente. **Revista Motriz**, v. 18 n. 4, p. 656-666, 2012.

GAYDA, M.; BOSQUET, L.; JUNEAU, M.; GUIRAUD, T.; LAMBERT, J.; NIGAM, A. Comparison of gas exchange data using the Aquatrainer system and the facemask with Cosmed K4b2 during exercise in healthy subjects. **European Journal of Applied Physiology**, v.109, n. 02, p. 191-199, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. v.28

JONES, R. L.; ARMOUR, K. M.; POTRAC, P. Understanding the Coaching Process: A Framework for Social Analysis. **QUEST**, v. 54, n. 1, p. 34-48, 2002.

LAWSON, H. A. Sport pedagogy research: from information-gathering to useful knowledge. **Journal of Teaching in Physical Education**, v. 10, p. 1-20, 1990.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunamis. **Revista Movimento**, v.18, n.1, p.39-67, 2012.

MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C.; BOHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 251-262, 2012.

MENDES, C. L.; PRUDENTE, P. L. G. Licenciatura x Bacharelado: o currículo da Educação Física como uma arena de luta. **Impulso**, v. 21, n. 51, p. 97-108, 2011.

NASCIMENTO, J. V.; FARIAS, G. O (org.). **Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação à intervenção**. Florianópolis: Ed. Da Udesc, 2012. v.2. (Coleção Temas em Movimento)

NUNES, M. P.; VOTRE, S. J.; SANTOS, W. O profissional em educação física no Brasil: Desafios e perspectivas no mundo do trabalho. **Revista Motriz**, v. 18, n. 2, p. 280-290, 2012.

OLIVEIRA, A. A. B. Mercado de trabalho em Educação Física e a formação profissional: breves reflexões. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 8, n. 4, p. 45-50, 2000.

PRONI, M.W. Universidade, profissão, Educação Física e o mercado de trabalho. **Revista Motriz**, v. 16.n. 3, p. 788-798, 2010.

SANTOS, R. A.; SOUZA, N. S. Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil: perspectivas de crescimento e desenvolvimento do turismo brasileiro. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, v. 9, n. 16, p. 1-15, 2012.

SCHONFELDER, M.; HINTERSEHER, G.; PETER, P.; SPITZENPFEIL, P. Scientific comparison of different online heart rate monitoring system. **International Journal of Telemedicine and Applications**, v. 2011, p.1-6, 2011.

SILVA FILHO, A. J.; CHISPINO, A.; FERNANDES, J. L. Como a física pode contribuir para melhorar o desempenho de atletas brasileiros nos XXXI Jogos Olímpicos de Verão de 2016. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 34, n. 1, p. 2306-2321, 2012.

WRIGHT, T.; TRUDEL, P.; CULVER, D. Learning how to coach: the different learning situations reported by youth ice hockey coaches. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 12, n. 2, p. 127-144, 2007.

YOUNG, B. W.; JEMCZYK, K.; BROPHY, K.; CÔTÉ, J. Discriminating Skilled Coaching Groups: Quantitative Examination of Developmental Experiences and Activities. **International Journal of Sports Science and Coaching**, v. 4, n. 3, p. 397-414, 2009.